

**Redução.** Esboço considera o espaço máximo de 10 mil m<sup>2</sup>

# Moradores rejeitam proposta de parque

**Projeto foi apresentado ontem aos moradores da Praia do Canto, Barro Vermelho e Santa Luíza**

**GERALDO NASCIMENTNO**  
gnascimento@redegazeta.com.br

■ Os moradores da Praia do Canto, Barro Vermelho e Santa Luíza rejeitaram a proposta apresentada pela Prefeitura de Vitória para o parque público – que deve ser construído como compensação à obra da Petrobras.

A rejeição foi manifestada, ontem, na reunião convocada pelas associações de moradores desses bairros. O secretário de Desenvolvimento da Cidade, Kléber Frizzera, apresentou um esboço do projeto do parque público, considerando o espaço máximo de 10 mil m<sup>2</sup>.

A proposta não foi colocada em votação, mas, nas interven-

## Absurdo

“É um absurdo estarmos aqui para discutir o que já estava decidido”

**ADRIANA FERREIRA, 40**  
ADMINISTRADORA

ções dos moradores, ninguém se manifestou a favor, e os argumentos contrários à proposta recebiam apoio por meio de palmas e reforços nas falas.

“Entendo que a comunidade que está aqui não foi respeitada. Pela fala do secretário, percebemos que a prefeitura e a Petrobras fizeram um acordo. A administração municipal deveria estar pensando muito mais na coletividade, do que na Petrobras”, reclamou o aposentado

## Indignação

“Quem precisa de defesa nesse processo somos nós, não a Petrobras

**DENISE NASCIMENTO, 54**  
EMPRESÁRIA

Ponciano Schwab, de 71 anos.

Os moradores querem que seja mantida a área de 15 mil m<sup>2</sup>, que estava prevista inicialmente, cuja diminuição do tamanho foi explicada pelo secretário, como um erro de cálculo na avaliação da área antes da construção. Kléber Frizzera também disse que os prédios localizados na Rua Constante Sodré “invadiram” parte do terreno, o que necessitou de uma outra avaliação do espaço.

No projeto de construção da nova sede da empresa, também está previsto o prolongamento da Rua Guilherme Serrano até a Rua Chapot Presvot, na Praia do Canto. Essa extensão não será aberta ao público, o que também provocou muita reclamação.

“Abrir uma rua para privilegiar cem carros da Petrobras, como está sendo proposto, é um absurdo. Quem garante que somente esses veículos da empresa passarão por ali. Também disseram que o parque teria 15 mil m<sup>2</sup> e não tem mais”, disse o médico Gustavo Picallo.

O gerente-geral da Petrobras no Estado, Márcio Félix Bezerra, esteve na reunião, ouviu as reclamações, mas não se manifestou nem falou com a imprensa. Já Kléber Frizzera disse que as negociações com a comunidade e com a empresa vão continuar.

## Ministério Público não comparece à reunião

**Mesmo assim, promotor Gustavo Senna reafirma que não concorda com a redução do parque**

■ Nenhum representante do Ministério Público Estadual (MPES) compareceu à reunião realizada ontem, quando foram apresentados os detalhes do projeto do parque público, proposto para a área do Barro Verme-

lho, em Vitória, em compensação à construção da nova sede da Petrobras.

A reunião foi realizada para que fosse explicado aos moradores porque a prefeitura e a Petrobras reduziram a área prevista para o parque (de 15 mil m<sup>2</sup> para 10 mil m<sup>2</sup>).

O promotor Gustavo Senna, que investiga o cumprimento das medidas compensatórias requisitadas para a construção da sede da empresa, já havia informado que co-

nhece o projeto e não concorda com a redução realizada.

“Apresentei aos moradores as minhas razões para não comparecer, e vamos tratar dessa questão judicialmente. Até porque a Petrobras e a Prefeitura continuam alegando que não erraram”, explicou.

Segundo o promotor, caso seja constatado que não há condições de se chegar ao tamanho do parque como estava previsto, a empresa

deveria, até, pagar indenizações por isso.

Na semana passada, o Ministério Público Estadual acionou a Justiça para tentar pôr fim ao impasse e reafirmar que não dispensa os 5 mil m<sup>2</sup> de diferença, que foram diminuídos da área do parque. Na Ação Cautelar, o MPES pede a paralisação das obras da empresa e a suspensão das licenças emitidas para a construção da nova sede da Petrobras.